

## GRANDE PLANO

João Bosco Mota Amaral  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## “Constituição de 76 é democrática”

**Comemorações dos 30 anos do 25 de Abril estão nas prioridades da agenda política de Mota Amaral**

António José Teixeira  
e Isabel Teixeira da Mota **TEXTO**  
João Girão **FOTOS**

**J**ustiça, funcionamento do Parlamento e revisão constitucional são alguns dos temas abordados pelo presidente da Assembleia da República, que fala também das relações entre o Governo e a Oposição.

**[Jornal de Notícias] Leu, há poucos dias, uma mensagem do presidente da República em que se fazia um apelo ao consenso no equilíbrio das finanças públicas. Concorde com o teor dela?**

**[Mota Amaral]** Sim, concordo. A mensagem chama a atenção para a delicadeza do problema das finanças públicas em Portugal e apela a um consenso parlamentar que garanta estabilidade na política do Estado em matéria financeira, mesmo para além da alternância democrática.

**Uma das propostas concretas que o presidente fazia era a de encarar o Orçamento de forma plurianual e discuti-lo e aprová-lo em dois momentos.**

Sobre isso não me pronuncio. Mas é uma sugestão interessante que, de resto, tem sido aventada por alguns especialistas da área económica. Cabe aos grupos parlamentares alterar a lei em vigor.

**Algumas análises deram nota de que a mensagem comportou algum teor ideológico sobre a responsabilidade do Estado em matéria de investimento público e de protecção social.**

Essas observações tiveram uma validade geral, ninguém as contestou no Parlamento. Mas, no que diz respeito às respostas concretas a esses objectivos gerais, aí pode haver posições diferentes. Até onde é



“Tem de haver um esforço de consenso sem desvirtuar as diferenças”

possível levar o investimento público? Até onde é devido alargar a protecção social? Obviamente, cada partido tem as suas opiniões nesta matéria. Não me cabe pronunciar-me sobre elas.

**Sendo que há uma questão que subjaz a tudo isto, que é a questão dos consensos. Acha que fazem falta consensos mais alargados?**

Há lugar à confrontação de programas e há lugar, também, para a busca de plataformas de entendimento nas questões fundamentais. O nosso país atravessa um período difícil de adaptação a referenciais novos. Tem de haver um esforço de consenso sem desvirtuar as diferenças.

**Acha que em relação ao Pacto de Estabilidade e Crescimento deveria encontrar-se um consenso no Parlamento?**

Podem fazer-se sugestões sobre esta matéria. Será possível encontrar um ponto de convergência nesse domínio? Não sei. Não quero adiantar-me por aí.

**No ano passado, houve uma convergência numa resolução aprovada. Mas, aparentemente, não serviu de muito.**

O documento aprovado na altura correspondeu à afirmação de um desejo de consensualização. A responsabilidade pela negociação sobre a matéria cabe ao Governo, que deve ter também a sua margem de manobra. O Parlamento tem uma responsabilidade, mas não creio que seja conveniente amarrar o Governo de tal maneira que torne difícil a gestão concreta das negociações no plano internacional.

**Foi por isso que as negociações entre o Governo e o PS não foram em frente?**

Em relação a isso, embora haja no âmbito europeu sinais de que seria possível e desejável a revisão do PEC, esta alteração tem que ser conduzida pelos estados membros. É um objectivo que se não pode talhar de um momento para o outro através de uma deliberação parlamentar. Apontar aspirações da perspectiva portuguesa, isso é possível. O Governo entende que não pode ir para a mesa das negociações com um espartilho muito apertado, que o limite.

**NASCIMENTO** → 15 de Abril de 1943  
**FILIAÇÃO** → José e Maria

**ORIGEM** → Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, Açores  
**MILITÂNCIA** → PSD

**FÉ** → Católica  
**ORGANIZAÇÃO** → Membro assumido da Opus Dei

**FORMAÇÃO** → Direito  
**VIAGEM** → Chega a Lisboa em 1960

**FÉRIAS** → Quase sempre de regresso às origens açorianas, a ilha de S. Miguel

**Uma das causas em que se envolveu foi a da reforma do sistema político. A ideia que dá é que ela está parada. O que é que se passa?**

O apelo do presidente, secundado pelo primeiro-ministro, levou à criação de uma comissão eventual, que tem tido as suas reuniões, tem feito o seu caminho...

**Ela não tem funcionado.**

Porque ficou condicionada pelo facto de ter sido criada a comissão de revisão constitucional.

**Estamos num círculo eleitoral longo. Nestas circunstâncias não há condições favoráveis a consensos...**

Há questões que só com uma antecedência suficientemente grande relativamente a um processo eleitoral se podem resolver. Em cima das eleições, não.

**Quer dizer que reforma do sistema político não terá muitas condições para andar?**

Eu não subscrevo essa posição. Acho que é pessimista. Ainda não estão esgotadas todas as possibilidades. Admito que o foco se concentra agora sobre a revisão constitucional... Vamos ver o que é possível fazer...

**Concorda com aqueles que dizem que a nossa Constituição da República não é inteiramente democrática?**

Já interpretei essa expressão em termos adequados que correspondem ao espírito de quem a proferiu.

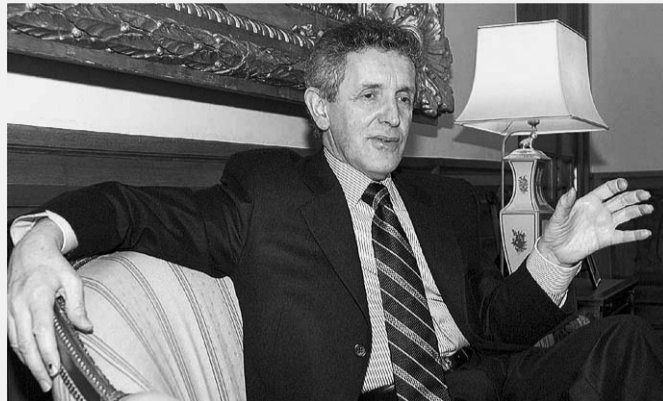
**É preciso fazer grandes interpretações de uma expressão que parece tão linear?**

Às vezes, é, sim, porque as palavras têm diversos sentidos... A minha interpretação é a de que a Constituição de 1976 é democrática, resulta de um trabalho da Assembleia Constituinte eleita em termos "inquestionavelmente" democráticos. Houve factores de concessão à legitimidade revolucionária. Mas a partir de 1982, com a revisão constitucional, as estruturas do poder político passaram a ser de base exclusivamente democrática.

**Sensibiliza-o o argumento de substituir uma ideia constitucional de igualitarismo pela de equidade?**

Esse argumento tem que se lhe diga... O quadro de aspirações correspondente ao período de elaboração da nossa constituição de 1976 exprime uma sociedade diferente da actual. Por essa altura, encontra-se presente todo o ideário fortemente socialista – a noção de que o Estado há de garantir a satisfação das necessidades

## Diversos



### Diplomacia parlamentar

Desenvolver a "diplomacia parlamentar" é um dos objectivos que mais tempo tem tirado a Mota Amaral. O presidente da Assembleia empenhou-se na relação com os parlamentos africanos de língua portuguesa – e, por isso, vai a Timor, em Fevereiro – e também na relação com os parlamentos dos estados europeus candidatos à adesão.



### Comemoração 25 de Abril de 1974

No dia 25 de Abril completam-se 30 anos de democracia. O presidente da Assembleia da República aponta como uma das "grandes prioridades" a preparação das comemorações. "Actividades de projecção do Parlamento para o exterior, dirigidas às camadas mais jovens", vão marcar a agenda. Delega-

ções parlamentares itinerantes visitarão escolas e universidades por todo o país. Todas as actividades serão articuladas com a presidência da República e o Governo. No dia 25 de Abril, Mota Amaral quer ver, de novo, as galerias do hemicycle repletas de jovens, à semelhança da festa dos 25 anos.



### Aborto O direito à vida

"A lei deve proteger a vida humana", defende Mota Amaral. O presidente do Parlamento concorda, no entanto, com o regime actualmente em vigor. "É óbvio que é extremamente penoso ver na barra do tribunal uma mulher que sofreu muitíssimo com um aborto. No entanto, existem mecanismos na lei para atender a cada caso concreto".

colectivas de modo idêntico a todos os cidadãos. A evolução histórica dos últimos 30 anos forçou a rever o papel do Estado. Muitas das soluções preconizadas pela ideologia socialista eram inviáveis e até prejudiciais.

**Concorda com a ideia de que há uma carga ideológica que tem de ser limpa da Constituição?**

Não uso essas expressões radicais... Prefiro apontar para necessidade de ir afinando os preceitos constitucionais tendo em vista aquilo que é possível. É preciso, em cada altura, ver com realismo se podemos continuar a aspirar a ir por certo caminho... Portanto, tenho um grande respeito pela Constituição de 1976, mas não a dogmatizo. Mas prefiro que estas reflexões façam o seu curso normal, em vez de nos digladiarmos num grande confronto constitucional que não leva a lado nenhum.

**Acha, então, que algumas das matérias não deviam fazer parte desta revisão?**

Parece-me positivo que as matérias sejam todas discutidas. Mas o debate constitucional deve ser um debate feito com uma grande descontração. Podemos sobreviver... viver bem com a nossa Constituição. Mas podemos ir afinando algumas coisas para vivermos melhor.

**Se bem compreendi, não acredita que seja possível uma Constituição que não seja ideológica?**

Que não seja programática. No quadro europeu, é difícil sairmos daí. Dessa tradição.

**Em que é que se saldou a sua reflexão sobre o funciona-**

**mento dos inquiritos parlamentares?**

Os inquiritos que se fizeram no princípio da legislatura não correram muito bem. No entanto, há uma comissão de inquirito a trabalhar, a de Camarate, que está a funcionar muito bem. Há um enquadramento legal...

**Que precisa de ser revisto. Sim. É preciso.**

**Para que tipo de revisão é que aponta?**

Sobre isso não me pronuncio porque já há propostas concretas definindo direitos concretos das forças minoritárias no Parlamento.

**Uma comissão de inquirito não deveria ser paritária?**

É difícil adoptar uma regra dessas quando a regra do Parlamento é precisamente a regra da maioria, que prevalece sobre a minoria.

**Isso significa que não vale a pena fazer comissões de inquirito...**

É uma conclusão que deriva da experiência do começo da legislatura e, por isso, tenho desaconselhado a que se façam comissões de inquirito. Mas esta regra existe desde o princípio.

**A comissão de inquirito a Camarate, tratando de um dossiê que foi fechado pelo poder judicial, não revela um desafio ao poder judicial?**

Não. A comissão procura factos novos. E há quem se tenha empenhado em evidenciar outros factos que não foram tidos em conta e permitir que a questão seja reaberta na via judicial.

**Sempre que o Parlamento sabe de um facto novo, abre um processo que já foi fechado pela Justiça. É um bom procedimento?**

Este é um caso absolutamente especial, que envolveu o primeiro-ministro e o ministro da Defesa. É uma questão que não tem precedentes.

**As petições são uma forma de os cidadãos se aproximarem das decisões. O que é que se passa com elas?**

No começo da nona legislatura, resolvi agitar essa questão. Em alguns casos, foi preciso fazer verdadeira arqueologia parlamentar. Foi preciso escavar nos arquivos à procura dessas petições. Várias vinham da sexta legislatura...

**Não é um sinal muito saudável.**

Pois não, lá isso é verdade. Por isso quero mais interactividade entre o Parlamento e os cidadãos. Temos neste momento 70 petições pendentes. Todas em andamento normal.

“

**Tenho desaconselhado a que se façam comissões de inquirito**

”

**MARCELISMO** → Em 1969, foi eleito deputado nas listas da Acção Nacional Popular

**ALA LIBERAL** → Integrou-se no grupo a que pertencia Francisco Sá Carneiro

**FUNDAÇÃO** → Esteve nos primórdios da formação do PPD nos Açores

**REGIÃO** → Foi eleito em 1976 presidente do Governo Regional dos Açores

**S. BENTO** → Em 2002, tornou-se presidente da Assembleia da República

# “Segredo de justiça deve ser menos amplo”

**Como é que tem visto toda a polémica a volta da justiça?** Julgo que é preciso simplificar o mecanismo do procedimento da justiça. As nossas leis de procedimento são muito formalistas e correspondem a uma sociedade e a um tempo que já não existe.

**Já fez alguma coisa em concreto?**

Estou a fazer umas diligências e alguns contactos para sensibilizar os diferentes actores parlamentares e o Governo para que nesta segunda metade da legislatura nos concentremos sobre as questões da justiça, numa linha de simplificação. Há muitas leis que estão ultrapassadas, obsoletas, que se contradizem. O processo legislativo deve ser mais transparente e acessível aos cidadãos. Temos responsabilidade directa quanto ao funcionamento dos tribunais e à sua competência, porque ela é reserva da Assembleia.

**Que diligências são essas?**

Tento sensibilizar todos para que boa parte das reformas estruturais já estão aprovadas e portanto a questão da justiça é agora fundamental. O seu bom funcionamento facilita a vida económica, solidifica as estruturas da sociedade e dá às pessoas segurança. É uma tarefa de prioridade premente. Estou a aproveitar a dinâmica do Congresso da Justiça. Temos que agir.

**Acha que devia falar na abertura do ano judicial?**

Sim, tenho que pensar para o ano como é que as coisas se deveriam passar.

**É necessário fazer alterações ao segredo de justiça?**

Há neste domínio opiniões que vão nesse sentido, ou seja, no sentido de não tornar o segredo de justiça tão fechado, quero dizer tão amplo, mas mantê-lo naquilo que é fundamental. É este o justo equilíbrio.

**Em relação à aplicação das leis...**

(Risos) Ha! Então é essa a questão! O



“A lei do segredo de justiça aplica-se a todos os cidadãos “

“ Houve manifestamente exageros que prejudicaram a justiça ”

problema todo é se os jornalistas... têm direitos absolutos...

**Não, a questão é quem deve ser mais zeloso do segredo de justiça?**

Todos temos interesse em que o segredo de justiça seja respeitado. Quando as questões penais passam para a praça pública, todos saem a perder. Há muita gente cujo bom nome e reputação fica pelas ruas a amargura. O arejar do problema nos media trouxe uma fortíssima depressão colectiva. Ninguém lucrou com isso. Agora, será que os jornalistas estão obrigados a respeitar o segredo de justiça? Acho que sim, como qualquer cidadão.

**Existe alguém fora do alcance do segredo de justiça?**

Não... Julgo que a lei se aplica a todos. Se porventura foi inventada uma doutrina segundo a qual haveria um determinado grupo de cidadãos que estava excluído, essa doutrina está errada.

Se se enquistou uma interpretação da lei que é favorável a essa doutrina, a lei deve ser esclarecida para que não sobrem dúvidas.

**Há um processo de pedofilia paralelo nos Açores. Parece andar mais depressa do que no continente. A que se deve essa diferença?**

Os diversos intervenientes tiveram um comportamento completamente diferente do que se passou aqui. Os advogados não têm estado a fazer a defesa dos seus clientes na praça pública, nos meios de comunicação social. O processo está a decorrer normalmente, não têm sido utilizados os expedientes dilatatórios que existem nas leis.

**Está a falar apenas na defesa, é essa a diferença?**

Julgo que a questão foi investigada, pelo que vejo nos jornais, pacientemente, sem alardes, sem alarmes da comunicação social. E chegou a altura em que as suspeitas se configuraram consistentes e o processo corre respeitando o segredo de justiça e sem badalar na praça pública as peças do processo, como se tem passado lamentavelmente com o processo da Casa Pia, contendo descrições “hardcore” largamente badaladas. Houve manifestamente exageros que prejudicaram a justiça.

## Cavaco será a primeira escolha

**III Foi ao lançamento do livro de Pedro Santana Lopes, “Causas de Cultura”? Não... Não fui convidado. Nesse mesmo dia, e à mesma hora, o Parlamento inaugurou a exposição do centenário do Museu da República e da Resistência. Era suposto Santana Lopes estar na cerimónia...**

**Cavaco Silva e Pedro Santana Lopes são dois candidatos fortes que podem dividir eleitorado de Direita para as presidenciais. Há espaço para um candidato que possa superar esta divergência?**

Não quero entrar em debate sobre esse assunto... Agora, entendo que pelos altos serviços que prestou ao país e pelas provas que deu, Cavaco Silva será a primeira escolha da área do PSD. Se disser que não, o presidente da Câmara de Lisboa, Pedro Santana Lopes, poderá repetir o percurso do actual presidente da República, Jorge Sampaio.

**Mas, numa superação destas duas candidaturas, o seu nome é apontado**  
Não, não...

**Sente-se realizado politicamente?**

Com certeza! Ao longo de 35 anos de intervenção política directa, em grande parte nesta casa, colaborei com o processo de democratização do nosso país.

**Esteve no poder executivo, no legislativo, só lhe falta o poder presidencial...**

(Risos) As sondagens são todas claras quanto a esse assunto...

**Qual foi a decisão mais difícil que teve de tomar desde que assumiu o cargo?**

Foram muitas. Em especial aquelas corriqueiras, de saber a quem devo dar a palavra no plenário...